

COM A CRISE, COLLOR AGILIZA MEDIDAS.

E crédito é liberado

A crise política levou o governo Collor a tomar algumas medidas econômicas, na tentativa de reduzir a recessão, e a apressar algumas decisões cuja definição vinha se arrastando ao longo de vários meses, como as regras para os novos grupos de consórcios. Veja as principais:

● **Liberação de crédito** — O Banco Central liberou totalmente o crédito pessoa e ao consumidor. A medida beneficiou também os cartões de crédito, os empréstimos através de instituições financeiras e os cheque especiais. Os bancos podem emprestar agora quanto quiserem do dinheiro disponível. Antes, eles podiam emprestar no máximo um saldo equivalente ao de 30 de agosto de 1990, corrigido pela TRD. O cartão de crédito foi beneficiado com a eliminação do limite de 50% que os usuários tinham que quitar a cada fatura.

● **Redução do IOF** - A alíquota anual do Imposto sobre Operações Financeiras para a venda de bens duráveis, como veículos, baixou de 12% para 6%.

● **Consórcios** — O governo definiu as regras para os novos grupos de consórcios, cuja formação estava proibida. A nova regulamentação acabou com o reajuste do saldo de caixa.

● **Financiamento de automóveis** — A exemplo do Bradesco, que criou uma linha especial de crédito com juros reduzidos para bens duráveis, o Banco do Brasil voltou a conceder financiamentos para a compra de veículos novos.